



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUARIAIS E CONTABILIDADE.
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

IMPLICAÇÕES PRÁTICAS PARA APLICAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL NO BRASIL

Monografia submetida à
Coordenação do Curso de
Ciências Contábeis como
requisito parcial para a obtenção
do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da
Universidade Federal do Ceará.

Armando Cristino Cordeiro

Fortaleza - Ceará

Setembro/1998



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUARIAIS E CONTABILIDADE.
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

**IMPLICAÇÕES PRÁTICAS PARA APLICAÇÃO
DO
BALANÇO SOCIAL NO BRASIL**

Armando Cristino Cordeiro

Orientadora: Fátima de Souza Freire

Fortaleza - Ceará

Setembro/1998

Essa Monografia foi submetida à banca examinadora como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Contábeis outorgado pela Universidade Federal do Ceará.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitido, desde que seja feita em conformidade com as normas da ética científica.

Armando Cristino Cordeiro

Mat. 9406646

Monografia aprovada em:

29/09/98

Fátima de Souza Freire

Prof. Orientadora

Professor(a) Convidado(a)

Professor(a) Convidado(a)

AGRADECIMENTOS

- ✓ A Deus pela inspiração e pela força que me concedeu para a realização deste trabalho;

- ✓ Aos meus pais pelo reconhecimento do meu esforço até o presente momento e pelo carinho que sempre expressaram por mim;

- ✓ A meus irmãos pela mão amiga nos momentos difíceis;

- ✓ A minha companheira em todos os momentos: Lucinalda Brilhante Cavalcante;

- ✓ Aos meus verdadeiros amigos que sempre estarão em meu coração; e

- ✓ A paciência e cordialidade da digníssima Fátima de Souza Freire.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	06
2. BREVE HISTÓRICO DO BALANÇO SOCIAL	08
2.1. Balanço Social	08
2.1.1. Definição	12
2.2. A Demonstração do Valor Adicionado: instrumento fundamental para o Balanço Social atingir seus objetivos	14
2.2.1. Os componentes da Demonstração do Valor adicionado: um exemplo prático e alguns fatos importantes a serem considerados	15
2.3. O Balanço Social pelo Mundo	28
3. A PROBLEMÁTICA DO BALANÇO SOCIAL NO BRASIL	30
3.1. O Projeto de Lei 3.116 de 12/05/97	30
3.2. A Minuta de Instrução da C.V.M. (Comissão de Valores Mobiliários).....	36
3.3. O Projeto de Lei da Reforma da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76)	37
3.4. Balanço Social: obrigatoriedade, ou não	37
3.5. O relacionamento empresa, público externo e o profissional de Contabilidade	38
3.6. A nova visão do Administrador	40
4. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES SOCIAIS ATRAVÉS DA R.A.I.S (Relação Anual de Informações Sociais): instrumento precursor do Balanço Social no Brasil	42
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
7. ANEXOS	47

1. INTRODUÇÃO

A busca pela informação esta num processo muito acelerado; ou seja, uma empresa que almeja um futuro promissor, luta, a todo dia, a toda hora e a cada minuto por algo novo: seja em relação ao mercado ou sobre uma tecnologia nova. Enfim, os efeitos da globalização a muito veio determinar uma nova visão mercadológica para o administrador.

Hoje é cada vez mais visível uma preocupação acentuada com o social, deixando um pouco de lado a perspectiva capitalista de lucratividade sempre acima de tudo. Pois, pode-se averiguar que o lucro passa a ser uma consequência natural para as empresas que desempenham suas funções econômicas-social através de uma parceria com a sociedade na qual esta inserida. Isto implica numa perspectiva de criação de novos empregos, renda; assim como, a distribuição da mesma.

Por outro lado, pode-se notar o Estado buscando desempenhar suas funções a fim de que se possa dar condições para uma melhor qualidade em termos de segurança, habitação, saúde e educação.

Entretanto, existem muitas dificuldades principalmente em função do gerenciamento dos recursos que se tem em mãos assim como uma falta de planejamento adequado de aplicação dos recursos financeiros.

Dentro dessa perspectiva, surge no Brasil o Balanço Social. Instrumento informativo de cunho social que há muito vem propagando pelo mundo as riquezas econômicas e sociais geradas pelas empresas. Portanto, nossa preocupação será à apresentação da evolução histórica do Balanço Social e sua atual representatividade para nossa realidade.

Isto implica numa visão global do que ele realmente representa e suas particularidades. Logo, no primeiro momento, apresentaremos suas primeiras evidências no ponto de vista acadêmico; assim como, em termos prático. Neste aspecto, discutiremos as atuais propostas de divulgação obrigatória do Balanço Social. Portanto instrumentos como: o Projeto de Lei 3.116; a minuta de instrução da Comissão de Valores Mobiliários e o Projeto de Lei da reforma da Lei das Sociedades por Ações, serão de bastante importância para o acompanhamento da parte mais delicada do nosso trabalho, pois discutiremos a

necessidade ou não da obrigatoriedade do Balanço Social no Brasil. Destaca-se a iniciativa de empresas que desenvolveram seu próprio Balanço Social sem a necessidade de imposição legal. Isto porque, como podemos observar mais adiante, a empresa passa a ter uma nova proposta de atuação perante a comunidade.

Em segundo instante, demonstraremos o Balanço Social como sendo um novo passo em termos qualitativos dos nossos demonstrativos contábeis tradicionais. Visto que, junto a ele será desenvolvida a Demonstração do Valor Adicionado - DVA: instrumento de fundamental importância para o Balanço Social atingir seus objetivos.

Em relação a DVA, também teremos um certo cuidado quando da sua discussão, pois existiram certas particularidades a serem percebidas para que a mesma seja eficaz.

Por último, daremos ênfase à análise das informações sociais obtidas por intermédio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tendo em vista, seu pioneirismo a respeito da informação de cunho social.

Em se tratando do primeiro trabalho acadêmico em relação ao Balanço Social, nossa perspectiva é que não se limite o assunto apenas as propostas que serão apresentadas e; que outros trabalhos tenham êxito e sejam discutidos perante o meio acadêmico. Pois, a Contabilidade se apresenta ao novo milênio com inovações duradouras e isto é de fundamental importância para nós Contabilistas.

2. BREVE HISTÓRICO DO BALANÇO SOCIAL

Faremos, a partir deste momento, uma abordagem referente ao novo demonstrativo contábil que representa uma evolução na representação da informação gerada pelas empresas, tanto nos aspectos econômicos, quanto nos aspectos sociais.

2.1. BALANÇO SOCIAL

Analisando os dados obtidos de DOS SANTOS, 1997-a e 1997-b, chegamos ao seguinte histórico: “a idéia de apresentação de demonstrativos que oferecem informações sobre as atividades e os investimentos das empresas na área social não é nova, embora só recentemente tenha tomado corpo no Brasil.

Do ponto de vista acadêmico, poucos trabalhos foram apresentados na década de 80 e início da de 90 na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da USP, e marcaram o início, no Brasil, da pesquisa orientada para esse tipo de informação. Já em relação ao ponto de vista prático, muitas empresas já estão incluindo em seus relatórios de administração informações que são típicas do conjunto que integra o Balanço Social.

Sabemos também que a discussão sobre a divulgação **obrigatória** do Balanço Social vem crescendo muito nos últimos tempos no país. Onde, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), já colocou em debate, realizado em audiência pública, uma minuta de instrução que prevê a divulgação de informações mínimas relativas ao Balanço Social no encerramento das demonstrações contábeis do exercício social de 1997.

Também é iniciativa da CVM um projeto que modifica a atual lei das Sociedades por Ações. Esse projeto, entre outras coisas, cria a obrigatoriedade da publicação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA . Essa demonstração tem como objetivo principal informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição. Devemos observar que essa demonstração não deve ser confundida com a Demonstração do Resultado do Exercício. Na verdade, a demonstração do resultado do exercício será uma das principais fontes de informação para a elaboração da DVA.

Portanto, diferencia-se uma da outra pois, enquanto que a Demonstração do Resultado do Exercício tem suas informações voltadas quase que exclusivamente para os acionistas e sócios, principalmente na apresentação do Lucro Líquido do Exercício, a DVA está dirigida para a geração de riqueza e sua respectiva distribuição. A empresa conforme sua função social, cria riquezas em montantes muito superiores aos lucros que são de propriedade dos sócios e acionistas. O que a DVA faz é identificar as riquezas criadas pelas empresas e a forma como elas são distribuídas para funcionários, governo, financiadores externos, além dos respectivos proprietários.

Outra grande vantagem da DVA está no fato de que, se todas as empresas a elaborarem, a consolidação de seus valores fariam parte substancial da riqueza interna gerada no país, ou seja, o Produto Interno Bruto – PIB . Nesse caso, teríamos o trunfo de não mais trabalhar com valores estimados na fixação do PIB , pois parte determinante de seus componentes passariam a ter maior grau de credibilidade.”

Em última análise, podemos até afirmar que parcela significativa de nosso PIB passaria por um processo de auditoria, uma vez que boa parte das empresas, que são as maiores criadoras de riquezas, é normalmente auditadas.

Ainda em relação a discussão da obrigatoriedade do Balanço Social, podemos destacar o modelo sugerido pelo Ibase, Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas, cujo título é “ Balanço e Ecologia” onde teve grande repercussão devido ao apoio do Sociólogo Herbet de Sousa, o Betinho. Assim como; o Projeto de Lei 3.116 das Deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling que se espelha no modelo sugerido pelo Ibase e será o ponto de referência em nossa discussão.

O Balanço Social engloba à apresentação de nossas Demonstrações Contábeis tradicionais, previstas na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (art. 176, caput), representadas pelo (a): ⁽¹⁾

- **Balanço Patrimonial:** cujo objetivo é evidenciar, resumidamente, a situação patrimonial de uma empresa, quantitativa e qualitativamente, num dado momento. Apresenta todos os bens e direitos da empresa no grupo do Ativo, bem como as obrigações exigíveis, no grupo do Passivo e não exigíveis, no Patrimônio

(1) – em anexo, podemos encontrar exemplo sintético do modelo de Balanço Social e Demonstrações Contábeis tradicionais.

Líquido; este último representado pelo capital dos sócios aplicado ao empreendimento. O Balanço Patrimonial proporciona aos usuários da contabilidade fazer análises utilizando diversos índices no sentido de mensurar e avaliar o desempenho de uma empresa em determinado período.

- **Demonstração do Resultado do Exercício:** nesse demonstrativo é evidenciado a formação do resultado do exercício mediante o confronto das receitas, custos e despesas incorridos num dado período, constituindo-se em relatório sucinto das operações realizadas pela empresa, onde sobressai um dos valores mais importantes para gestores: o resultado líquido alcançado ao final desse período – lucro ou prejuízo. A DRE não possui forma rígida obrigatória para ser apresentada, bastando que se proceda de forma a dar acesso fácil aos dados para análise. Ressalta-se a importância, entretanto para os critérios de classificação das informações de caráter operacional e não-operacional, as quais devem ser analisadas em separado. É elaborado simultaneamente com o Balanço Patrimonial, a fim de que se possa mostrar a situação patrimonial, econômica e financeira da organização, guardada as devidas limitações quanto a profundidade de análise que se deseja realizar.

- **Demonstração das Origens e Aplicação dos Recursos:** tem por finalidade apresentar as informações referentes as operações de financiamento (origens de recursos) e de investimento (aplicações de recursos), identificando as modificações ocorridas na posição financeira da empresa. Tendo em vista não ser obrigatória para todas as empresas, esta demonstração praticamente é esquecida e não tem sido explorada devidamente o teor gerencial que possui de fato. Funciona como instrumento complementar ao Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, na medida em que fornece informações mais detalhadas a nível de fluxos de recursos.

- **Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados:** esta demonstração evidencia o lucro apurado no exercício, a destinação conferida a este, além dos eventos que movimentaram o saldo da Conta Lucros e Prejuízos Acumulados, tais como, realização ou reversão das reservas, ajustes, entre outros. Trata-se de uma mera transcrição de forma ordenada e racional dessa conta, após todos os ajustes finais decorrentes do Balanço final do exercício. A DLPA, embora seja obrigatória, poderá ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, em se tratando das companhias abertas, segundo exigência da Comissão de Valores Mobiliários (instrução n.º. 59/86) e da própria legislação comercial pertinente.

- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (S.A. Aberta):** indicará claramente a formação e a utilização de todas as reservas e não apenas das originadas por lucros, servirá também para melhor compreensão, inclusive quanto ao cálculo dos dividendos obrigatórios. É útil e necessária ainda na elaboração da Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos, já que parte de tais mutações, no total do Patrimônio Líquido, representa parcelas que representam origens e aplicações de recursos.

- **Notas Explicativas e Quadros Analíticos Suplementares:** são informações que auxiliam ao usuário interno ou externo a fazer uma avaliação mais profunda da empresa. Devem ser publicadas pelas sociedades por ações, ao final de cada exercício social e com base na escrituração contábil.

- **Relatório da Diretoria:** é o instrumento pelo qual a Diretoria presta informações aos acionistas sobre os diversos aspectos do desempenho e de perspectivas da sociedade relacionadas a estratégias de vendas, compras, produtos, expansão, efeitos conjunturais, legislação, política financeira, de recursos humanos, resultados alcançados, planos, previsões entre outras.

- Parecer dos Auditores: é obrigatório apenas para as empresas que têm papéis negociáveis, tais como ações e debêntures, no mercado financeiro. Os Auditores Independentes são contadores experientes que, sem manter vínculo empregatício, são contratados para emitir opinião sobre a correção e veracidade das demonstrações financeiras. Verificam os controles internos da empresa, fazem lançamentos e conciliações contábeis e checam saldos de várias contas do ativo e passivo pelo método da amostragem.

2.1.1. Definição

O Balanço Social conforme o projeto de lei 3.116/97 - art. 2º: “é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participações dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.”

Segundo Perottoni (1997): “é um conjunto de informações econômicas e sociais, que tem por objetivo a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e sua atuação em benefício da sociedade.”

Para Marta Suplicy o Balanço Social: “é um instrumento de informação e, como tal, possibilitará a elaboração de políticas públicas e privadas para o incentivo à melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da população. Servirá não só para a comunidade mas para a própria empresa, que reunirá elementos de averiguação da sua situação no campo das demandas sociais e das relações trabalhistas.”

Perante os depoimentos acima observamos uma nova postura em relação a informação econômica-social. Pois, de posse dos dados contidos no Balanço Social, teremos a capacidade de melhorar-mos qualitativamente os resultados inerentes ao conjunto empresa-funcionário-comunidade.

Diante de uma nova visão administrativa voltada para o social, assim como, uma nova visão referente a informação gerada no cotidiano. O Balanço Social representa uma fonte rica em detalhes e de grande credibilidade, isto porque, mesmo tendo como base os demonstrativos tradicionais da Contabilidade, as informações obtidas através dele serão voltadas para atender determinado fim e; quando necessário, serão até melhoradas. Dentro de um contexto certificado por especialistas da área (o Auditor Independente).

É de grande importância diferenciar-mos, neste momento, a Contabilidade Social e Balanço Social. Pois, grandes vultos da Contabilidade ainda estão confusos perante esses conceitos e; em função disso, emitem críticas sem fundamento sobre o Balanço Social.

Portanto, a Contabilidade Social tem como campo de atuação as variáveis macroeconômicas, avaliando os valores agregados e medições globalizadas relativas à produção e à distribuição da riqueza nacional. Utiliza-se, basicamente, de dados que demonstrem o crescimento real, a tendência e a constituição setorial da economia nacional, as realizações dos setores público e privado, a evolução da poupança interna e a distribuição de renda entre os setores produtivos.

O Balanço Social, ao contrário da Contabilidade Social, que se preocupa com a estrutura e os resultados globais da economia, tem seu foco no resultado das transações individuais da empresa com a comunidade que a ela está diretamente relacionada.

→ Logo, seu objetivo é divulgar as informações sobre o desempenho econômico e social da entidade, e sobre o seu relacionamento com a comunidade, mostrando o resultado da sua política social.

2.2. A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UM INSTRUMENTO FUNDAMENTAL PARA O BALANÇO SOCIAL ATINGIR SEUS OBJETIVOS

A Demonstração do Valor Adicionado, usando a mesma Demonstração de Resultados, mostra a riqueza gerada pela empresa e como esta riqueza foi distribuída entre os diversos setores que contribuíram, direta ou indiretamente, para geração dessa riqueza, como os sócios, as instituições financeiras, o governo e os funcionários.

O Valor Adicionado pode ser entendido como a diferença entre o valor da receita e o custo dos insumos adquiridos de terceiros (matérias-primas, materiais consumidos e serviços). Corresponde ao valor que a empresa agregou aos produtos que servirão de insumos à produção e é considerado como a geração de riquezas para a remuneração dos fatores de produção, bem como o conhecimento de quanto a empresa contribuiu para a formação da riqueza do País.

Pode-se dizer que a DVA tem papel importante na motivação das pessoas envolvidas na formação da riqueza e quanto dela foi destinada a cada elemento da sociedade. Os empregados, os financiadores, o governo e os sócios conseguem acompanhar o quanto a eles foi destinado da riqueza produzida pela empresa, relativo à remuneração do trabalho, do capital e pelo fornecimento da infra-estrutura e condições de operacionalidade do empreendimento.

Resumindo, a DVA é a nossa demonstração contábil do Produto Interno Bruto – PIB, isto é, a riqueza gerada pela empresa em um determinado espaço de tempo, exercício social, e a sua distribuição aos diversos setores da sociedade.

Vale ressaltar que a DVA veio engrandecer os demonstrativos contábeis; pois, enquanto que limitado pela Lei n.º 6.404/76, possuímos alguns demonstrativos que deviam ser utilizados de uma melhor forma e possuírem uma linguagem mais próxima do usuário final. Tanto que podemos observar o intuito dos Conselho Regionais; assim como, do Conselho Federal de Contabilidade com propostas de alteração da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. OS COMPONENTES DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UM EXEMPLO PRÁTICO E ALGUNS FATOS IMPORTANTES A SEREM CONSIDERADOS

Para se calcular o valor adicionado é necessário fazer a diferença entre as vendas brutas e o total dos insumos adquiridos de terceiros (custo das mercadorias vendidas, matéria-prima e outros materiais consumidos, serviços adquiridos de outras empresas etc.).

Logo após esse procedimento podemos fazer a distribuição do valor adicionado. Onde se procura evidenciar o valor destinado a toda mão-de-obra (separadamente dos encargos que vão ao governo na forma de encargos sociais – INSS), ao governo (todos os impostos, não só o de renda), aos capitais de terceiros (na forma de juros – não interessando senão os reais no caso de inflação) e ao capital de próprio (lucro líquido).

Neste momento, podemos apresentar os principais componentes do nosso demonstrativo.

a. RECEITAS (soma dos itens a.a. e a.b.)

- **a.a. Vendas de mercadorias, produtos e serviços:** destinada à demonstração da receita bruta da venda de produtos e da prestação de serviços, ajustada para valores não-operacionais, financeiros e de equivalência patrimonial. Inclui os valores do ICMS e IPI incidentes sobre essas receitas, ou seja, corresponde à receita bruta ou faturamento bruto.
- **a.b. Não Operacionais:** inclui valores considerados fora das atividades principais da empresa, tais como: ganhos ou perdas na baixa de imobilizados, ganhos ou perdas na baixa de investimentos, etc.

b. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (Σ dos itens b.a/b.d)

Contempla o valor das matérias-primas consumidas, gastos gerais de fabricação, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas, com exceção dos salários, encargos sociais, depreciação, amortização, exaustão e serviços adquiridos de terceiros. Nos valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços, energia, etc. consumidos deverão ser considerados os impostos (ICMS e IPI) incluídos no momento das compras, recuperáveis ou não.

- **b.a. Matérias-primas consumidas:** já incluídas no custo do produto vendido.
- **b.b. Custo das mercadorias e serviços vendidos:** não inclui gastos com pessoal próprio.
- **b.c. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros:** inclui valores relativos às aquisições e pagamentos a terceiros.
- **b.d. Perda/Recuperação de valores ativos:** inclui os valores relativos à constituição/baixa de provisão para devedores duvidosos, ajustes a valor de mercado de estoques e investimentos, etc. (se no período o valor líquido for positivo deverá ser somado).

c. VALOR ADIC. BRUTO (diferença entre os itens “a” e “b”)

d. DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

Deverá incluir a despesa contabilizada no período.

e. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (diferença entre os itens “c” e “d”)

f. VALOR ADIC. REC. EM TRANSFERÊNCIA (Σ dos itens f.a./f.b.).

- **f.a. Resultado de Equivalência Patrimonial:** (inclui valores recebidos como dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo . O resultado de equivalência patrimonial poderá representar receita ou despesa; se despesa deverá ser informado entre parênteses.).
- **f.b. Receitas Financeiras:** (inclui todas as receitas financeiras independentemente da origem).

g. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

- **Pessoal e encargos:** nesse item são apropriados os valores despendidos a título de ordenados, salários e encargos sociais, tanto das pessoas ligadas à produção como da área administrativa e a remuneração dos administradores.
- **Impostos, taxas e contribuições:** incluem-se, nesta linha, os valores gerados ou pagos – dependem da forma escolhida para a demonstração – correspondentes aos tributos federais, estaduais e municipais (imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido, IPI , PIS , COFINS , ICMS , IPVA , IPTU , ISS e outros).
- **Juros e Aluguéis:** são os custos com recursos fornecidos por terceiros, proveniente de financiamentos do ativo imobilizado e do capital de giro.
- **Retenções:** contempla valores contabilizados a título de depreciação, amortização e exaustão, tanto os apropriados na produção, como em despesas operacionais.
- **Participações e Lucros Retidos:** somatório da participação dos administradores, partes beneficiárias, se houver, e o lucro líquido do período.

UM EXEMPLO A SER SEGUIDO: O BANCO DO NORDESTE S/A.

A NÃO OBRIGATORIEDADE DE PUBLICAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL INCENTIVA EMPRESAS A PUBLICAR SEU PRÓPRIO BALANÇO SOCIAL, AINDA QUE COM ALGUMAS FALHAS A SEREM COMENTADAS.

Atualmente, de forma espontânea, algumas empresas publicam junto à suas demonstrações contábeis o Balanço Social. Agora iremos apresentar um exemplo que merece destaque pela sua iniciativa de elaboração do Balanço Social sem a necessidade de imposição legal.

O BANCO E SUAS CARACTERÍSTICAS

O Banco do Nordeste do Brasil S A. , pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal n ° 1.649, de 19.07.52. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão impulsionar, como instituição financeira o desenvolvimento sustentável do Nordeste do Brasil, através do suprimento de recursos financeiros e de suporte à capacitação técnica a empreendimentos da Região.

Para cumprimento de sua missão, além da concessão de créditos para implantação de empreendimentos, o Banco do Nordeste prima, em parceria com os clientes, pela continuidade e sucesso dos negócios realizados, através de processo de visita técnica e gerencial, aportando recursos adicionais, quando necessários.

Classificado como banco múltiplo, o Banco do Nordeste está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras da espécie, exceto a carteira de crédito imobiliário. A Assembléia Geral Extraordinária de 17/10/97 aprovou a realização de operações na carteira de crédito imobiliário, cujo processo está tramitando nas esferas competentes.

Na qualidade de órgão de desenvolvimento, o Banco do Nordeste é administrador, dentre outros programas de fomento, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, nos termos dos dispositivos constitucionais vigentes, regulamentados pelas Leis n ° 7.827, de 27.09.89 e 9.126, de 10.11.95, e operador do Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR , criado pelo Decreto-Lei n ° 1.376, de 12.12.74, cuja administração está a cargo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

BALANÇO SOCIAL

Apresentamos aos acionistas e à sociedade os principais aspectos do desempenho do Banco do Nordeste do Brasil S A , no primeiro semestre de 1998, juntamente com as demonstrações contábeis e os pareceres do Conselho Fiscal e Auditores Independentes.

Como resultado do intenso processo de mudança organizacional verificado nos últimos anos, o Banco do Nordeste abriu nova dinâmica de atuação, no cumprimento de sua missão de impulsionar o desenvolvimento sustentável da Região, em resposta aos anseios da sociedade nordestina.

Prioridade especial é dada a iniciativas que viabilizem a criação de novos postos de trabalho e a formação da infra-estrutura necessária à promoção do desenvolvimento econômico e social, de maneira harmônica e sustentável.

MEIO AMBIENTE

Desenvolvimento sustentável se faz respeitando a natureza. O banco vem adotando diversas ações relacionadas à inserção da variável ambiental nas políticas, diretrizes, estratégias e processo de concessão de crédito.

No semestre, destacam-se:

- Seminários para difusão e formação de duplicadores de manejo florestal no Nordeste;
- Seminários com vistas a difusão do Plano Nacional de Combate à Diversificação;
- Seminários sobre Mercados Verdes na Europa;

- Revisão dos procedimentos operacionais quanto aos aspectos ambientais do Sistema de Elaboração e Análise de Projetos (SEAP);
- Capacitação (cursos, seminários e palestras) de funcionários e público externo sobre meio ambiente, eco-empreendimentos e desenvolvimento sustentável;
- Criação e manutenção na Intranet da Rede de Multiplicadores de Meio Ambiente; e
- Estimulo, orientação e consultoria relativos à identificação e realização de negócios com base no Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE Verde).

APOIO À COMUNIDADE

O Banco do Nordeste marca presença na Região, também, promovendo ou apoiando eventos de iniciativa da comunidade, nas áreas econômica, social, esportiva e cultural. No semestre, o Banco liberou R\$ 735 mil, sob a forma de patrocínio e ajuda financeira, para a realização de feiras e encontros de negócios, exposições agropecuárias, excursões técnicas, congressos, cursos, seminários e palestras sobre temas de interesse dos agentes produtivos da Região, bem como a festejos, torneios esportivos e atividades culturais.

Em parceria com a Fundação do Bem-estar do Menor do Ceará, o Banco vem mantendo o Programa Jovem Aprendiz, destinado a promover a inserção profissional de jovens carentes. No semestre, um grupo de 30 adolescentes de famílias de baixa renda foi recrutado para participar do programa.

CENTRO CULTURAL

Fortalecer a identidade nordestina, através da difusão de informações e de valorização das características culturais da Região. Esse o principal objetivo do Centro Cultural Banco do Nordeste, que teve seu projeto concluído no 1º semestre de 1998, sendo entregue em julho à comunidade.

Sua proposta é ser um centro formador de platéias, induzindo a valorização da arte e cultura regionais, para que se tenha, num futuro próximo, apreciadores e consumidores do produto cultural em quantidade e qualidade reconhecidas internacionalmente.

O Centro Cultural Banco do Nordeste ocupa os quatro primeiros andares do edifício Raul Barbosa, no centro de Fortaleza, perfazendo área total de 3.500 metros quadrados, incluindo museu, teatro multifuncional, espaço para exposições temporárias, biblioteca e pequeno auditório.

DESENVOLVIMENTO PESSOAL

O 1º semestre deste ano foi o período de consolidação da estratégia de recursos humanos empreendida nos últimos anos, no que diz respeito ao desenvolvimento de novas competências profissionais e à adequação quantitativa dos efetivos de pessoal, através de realocação de funcionários, da Direção Geral para as agências.

Marcam o período:

- Elaboração do Plano de Desenvolvimento e Capacitação de Pessoal;
- Oferta de 3.500 oportunidades de treinamento;
- Implementação do Programa de Desenvolvimento de Habilidades Interpessoais, Programas de Desenvolvimento de Equipes e Programa Time de Alta Performance;

- Concepção de sistemas de pagamentos e de remuneração variável, além de sistemas inovadores de avaliação de resultados, já adotados no serviço de Microcrédito;
- Desenvolvimento do Sistema de Avaliação de Potencial, como parte do Programa de Gerenciamento de sucessão e carreiras;
- Continuidade do Programa de Controle Médico de Saúde Organizacional, além de campanhas e outras ações para prevenção de doenças, com Programa de Combate ao Tabagismo; e
- Conclusão da última etapa do Programa Realocação do Pessoal, com a requalificação profissional de funcionários que se deslocaram da Direção Geral para as agências.

A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

O desempenho do Banco no 1º semestre de 1998 produziu valor adicionado líquido de 194,3 milhões, que teve a seguinte distribuição: 59% a pessoal e encargos, 26% a impostos, taxas, contribuições e aluguéis, 3,7% a dividendos e 11,2% a lucros retidos.

O valor adicionado por empregado atingiu R\$ 45.588,93, a medida da produtividade de pessoal, que indica a contribuição de cada um para a riqueza gerada na empresa.

Demonstração do Valor Adicionado do Exercício.
1º semestre de 1998
(Moeda de poder aquisitivo constante)
(em milhares de reais).

		RS/mil
Geração do Valor Adicionado		
RECEITAS		818.673
Intermediação Financeira	⇒	751.707
Prestação de Serviços	⇒	67.621
Não-Operacionais	⇒	(655)
DESPESAS DE INTERM. FINANCEIRA	⇒	(344.055)
INSUMOS ADQ. DE TERCEIROS	⇒	(262.926)
Perda/Rec. de Valores Ativos	⇒	(118.0893)
Serviços de terceiros	⇒	(12.706)
Materiais, Energia, Comunicação		
Propaganda, etc.	⇒	<u>(131.327)</u>
Valor Adicionado Bruto	⇒	211.692
Depreciações e Amortizações	⇒	<u>(17.353)</u>
Valor Adicionado Líquido	⇒	194.339
 Distribuição do Valor Adicionado		
	%	
Pessoal e encargos	(59,02)	114.699
Impostos, Taxas e Contribuições	(23,57)	45.801
Aluguéis	(2,50)	4.856
Dividendos e	(3,71)	7.214
Lucros Retidos	(11,20)	21.769

A GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Corresponderá o quanto a empresa acrescenta de valor sobre o que ela paga para terceiros, como recompensa do mercado pelo que ela produz, processa, facilita etc.

Portanto, seguindo nosso exemplo, teríamos:

O valor pago ao mercado de R\$ 1.435.230 milhões pelas suas mercadorias vendidas, enquanto ele pagou R\$ 164.230 milhões aos seus milhares de fornecedores. Assim como, temos, R\$ 56.070 milhões pago aos prestadores de serviços a fim de que a atividade seja viável e R\$ 232.380 milhões com propaganda, energia, serviço de telefonia, diversos materiais de embalagem e outros de consumo.

Logo, a empresa, com todo seu pessoal e capital colocado à sua disposição, adicionou R\$ 982.550 milhões ao que pagou a terceiros pelos produtos e serviços que deles adquiriu.

Pode-se dizer que se trata de um lucro bruto, considerando a receita menos o custo das mercadorias vendidas e menos o custo dos serviços adquiridos de terceiros.

O VALOR ADICIONADO LÍQUIDO

A nossa empresa sofreu R\$ 3.440 milhões de depreciação e amortização em seu ativo permanente. Logo, mesmo produzindo R\$ 982.550 milhões de valor adicionado bruto, por outro lado, houve uma deterioração de parte de outra riqueza sua, investida no ativo permanente.

Muitos países não costumam considerar a depreciação de seus equipamentos, assim como a exaustão de recursos não renováveis. Logo, obteremos um PIB que não expressa a correta riqueza líquida, por não deduzir a riqueza anteriormente produzida e agora consumida.

AS RECEITAS FINANCEIRAS

Quando uma empresa produz um produto ou serviço de fato cria riqueza nova. Entretanto, à atividade financeira não cria riqueza nova alguma, apesar de sua importância na intermediação de capitais, levando de quem os possui a quem deles necessita. Apesar dessa atividade de facilitação e de viabilização de criação de riqueza, ela em si não cria riqueza nova alguma.

Portanto, as Receitas Financeiras de R\$ 31.583 milhões que nossa empresa conseguiu não representam criação de riqueza que seja de seu mérito; não apresentam adição de valor. Pois, alguém lá na outra ponta, sim, deve ter produzido alguma riqueza e distribuído uma parte dessa riqueza.

Daí a adição dessas receitas financeiras ao montante de R\$ 979.110 milhões que, pelos seus próprios meios, de fato produziu valor adicionado líquido.

Com isso se vê que a empresa gerou R\$ 1.010.693 milhões, mas teve à sua disposição R\$ 979.110 milhões de valor adicionado.

A DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A remuneração do trabalho, abrangendo tudo o que vai diretamente para os empregados e administradores (salários, férias, décimo-terceiro, gratificações, fgts, assistência médica etc.), representou o total de R\$ 242.364 milhões, ou seja, a mão-de-obra ficou com 23,98% do valor adicionado líquido total conseguido pela empresa.

No entanto o governo ficou com muito mais, com R\$ 502.719 milhões, ou seja, 49,74%. Isso representa o total dos impostos federais, municipais e estaduais.

Os capitais de terceiros ficaram com R\$ 59.125 milhões, ou seja, com 5,85%. Esse abrange os pagamentos a títulos de uso de capitais de terceiros na forma de juros e aluguéis.

E sobraram R\$ 206.485 milhões para o capital próprio (lucro líquido), ou seja, 20,43% do valor adicionado líquido total à disposição da empresa.

No geral, o que podemos constatar é que nossa demonstração do valor adicionado trata de uma forma bastante diferente o resultado da empresa. Em vez de se preocupar apenas com o resultado do capital próprio, preocupa-se também com o resultado da mão-de-obra, com os capitais de terceiros e com a parcela levada pelo governo.

ALGUNS FATOS IMPORTANTES A SEREM CONSIDERADOS:

O PROBLEMA DA DEPRECIAÇÃO

Em termos de Contabilidade Nacional são calculados os macrovalores da economia de um país, de fato trabalha-se com o conceito de Produto Interno Bruto, não levando-se em conta os efeitos das depreciações e exaustões dos recursos físicos da economia.

Entretanto, em nível empresarial, considera-se as depreciações como redutoras do valor adicionado bruto. Pois, se uma empresa produz um certo valor adicionado, ao mesmo tempo consome uma parte, já que as depreciações, amortizações e exaustões representam uma baixa de capital.

Logo, é mais correto deduzir esses valores ao invés de considerados como valores retidos. Pois, em nenhum momento, não é atribuído essa parcela aos donos das rendas, os donos de capital, os trabalhadores ou o governo.

OS BANCOS NÃO PRODUZEM RENDA

Um banco não cria riqueza a não ser pela prestação de serviços. No que diz respeito às receitas financeiras, ele recebe uma parte da riqueza gerada por outros como remuneração do capital que empresta a terceiros. Esses terceiros é que produzem riqueza e entregam uma parte dela para pagar pelo “aluguel” tomado emprestado.

Há uma convenção internacional: para as empresas não financeiras, de fato as receitas financeiras não entram como parte de seu valor adicionado; afinal, essas receitas são apenas uma transferência por remuneração do seu papel como aplicadora de capital a juros. Mas para as instituições financeiras admiti-se, e apenas para elas, que as receitas financeiras sejam consideradas produtos de valor adicionado; só que líquidas das despesas financeiras.

A EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Da mesma forma que a receita financeira, a receita de equivalência patrimonial e a receita de dividendos em que avalia os investimentos societários ao custo não são geração de valor adicionado.

Trata-se a receita de equivalência de uma transferência de riqueza criada pela sociedade investida.

2.4. O BALANÇO SOCIAL PELO MUNDO

Embora seja recente a idéia do Balanço Social aqui no Brasil. Sua história pelo mundo a muito tempo vem sendo difundida. Vejamos:

Alemanha: dentre os movimentos sociais da Alemanha, também surgiu o Balanço Social Alemão. Mais abrangente e; ao mesmo tempo, melhor elaborado os relatórios e os dados sócios-econômicos-financeiros servem para tomadas de decisões e para elaboração de informações previsionais.

Bélgica: primeiramente com a preocupação de dar ênfase aos pontos fracos e aos pontos fortes de um negócio. Iniciou-se a preocupação com o social, sendo que, só a partir de 4 de outubro de 1996 o Balanço Social tomou corpo legalmente na Bélgica.

Estados Unidos da América: motivado pelas revoltas sociais quando da guerra do Vietnã. Surgiu, pela primeira vez, a noção de responsabilidade social. Através de relatórios sócio-econômicos abordava-se a responsabilidade da firma, a relação homem na empresa e a empresa na sociedade e; por último, uma abordagem de caráter ambiental.

Brasil: difundido desde a década de 80 nos bastidores do Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia e Administração da USP. Tornou-se em evidência através do saudoso Herbet de Sousa (Betinho) que 1996, à frente do Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, em parceria com a Gazeta Mercantil ganhou adesão de diversas empresas com o propósito de publicar um Balanço Social oferecendo informações sobre os gastos das empresa com encargos sociais, alimentação, saúde, educação, creche, previdência privada e outros benefícios trabalhistas; impostos e investimentos com a cidadania (cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, defesa civil, pesquisa e outros gastos sem fins lucrativos); investimentos em meio ambiente, número de empregados e de admissões e percentual de cargos ocupados por mulheres e portadores de deficiência física.

Amplia-se sua evidenciação através de uma minuta da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que estuda a obrigatoriedade da publicação de um quadro com indicadores laborais e sociais pelas companhias de Capital Aberto.

E, por último, o Projeto de Lei 3.116 de 12 de maio de 1997, que busca ampliar a consciência sobre a responsabilidade de preservação do meio ambiente e da viabilidade de aplicação de parte dos lucros auferidos em programas ou projetos que beneficiem não só os trabalhadores das empresas, como outros setores sociais.

França: vista como exemplo em relação a outros países, a França, desde 1977 elabora o Balanço Social e tornou-se destaque em termos de preocupação com o social. O Balanço Social de uma empresa francesa é um documento que permite apreciar a situação da empresa no domínio social, registrar as realizações efetuadas, e ter uma medida da evolução da empresa no que tange seu papel como célula social. Vale ressaltar que após vinte anos de seu surgimento o Balanço Social Francês necessita de algumas inovações, pois as necessidades atuais são mais abrangentes e alguns de seus componentes nos parece falhos, devido a não utilização adequada para os devidos fins.

° 3. A PROBLEMÁTICA DO BALANÇO SOCIAL NO BRASIL

Procurando dar ênfase os aspectos práticos do Balanço Social, analisaremos as propostas atuais ao seu respeito e discutiremos sua viabilidade dentro das nossas perspectivas.

Isto posto, iremos logo ao ponto referencial do assunto que é o projeto de lei proposto pelas senhoras Deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling.

3.1. PROJETO DE LEI 3.116, DE 12/05/97

Cria o Balanço Social para as empresas que menciona e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º- Ficam obrigadas a elaborar anualmente, o Balanço Social:

I – as empresas privadas que tiveram cem empregados ou mais no ano anterior à sua elaboração;

II – as empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração pública, independente do número de empregados.

Art. 2.º- Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participações dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Art. 3.º- O Balanço Social deverá conter informações sobre:

I – A empresa: faturamento bruto; lucro operacional; folha de pagamento bruta, detalhando o total das remunerações e o valor total as empresas prestadoras de serviços;

II – Os empregados: número de empregados existentes no início e no final do ano; escolaridade, sexo, cor e qualificação dos empregados, número de empregados por faixa etária; número de dependentes menores; número mensal de empregados temporários; valor total da participação dos empregados no lucro da empresa; total da remuneração paga a qualquer título às mulheres na empresa; percentagem de mulheres em cargos de chefia em relação ao total de cargos de chefia da empresa; número total de horas extras trabalhadas; valor total da horas extras pagas;

III – Valor dos encargos sociais pagos, especificando cada item;

IV – Valor dos tributos pagos, especificando cada item;

V – Alimentação do trabalhador: gastos com restaurante, ticket-refeição, lanches; cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VI – Educação: valor dos gastos com treinamento profissional; programas de estágios (excluídos salários); reembolso de educação; bolsas escolares; assinaturas de revistas; gastos com bibliotecas (excluído pessoal); outros gastos com educação e treinamento dos empregados adolescentes; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VII – Saúde dos empregados: valor dos gastos com planos de saúde; assistência médica; programas de medicina preventiva; programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde; relacionado, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VIII – Segurança no trabalho: valor dos gastos com segurança no trabalho, especificando os equipamentos de proteção individual e coletiva na empresa;

IX– Outros benefícios: seguros (valor da parcela paga pela empresa); valor dos empréstimos aos empregados (só o custo); gastos com atividades recreativas; transportes; creches e outros benefícios oferecidos aos empregados, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

X – Previdência privada: planos especiais de aposentadoria; fundações previdenciárias; complementações; benefícios aos aposentados, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XI – Investimentos na comunidade: valor dos investimentos na comunidade (não incluir gastos com empregados) nas áreas de cultura , esportes, habitação, saúde pública, saneamento, assistência social, segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, campanhas públicas e outros, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XII – Investimentos em meio ambiente: reflorestamento; despoluição; gastos com introdução de métodos não-poluentes e outros gastos que visem a conservação ou melhoria do meio ambiente, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

Parágrafo único – Os valores mencionados no Balanço Social deverão ser apresentados relacionando-se o percentual de cada item em relação à folha de pagamento e ao lucro operacional da empresa.

Art. 4.º- As empresa mencionadas no artigo 1.º deverão dar publicidade ao seu balanço social, na forma do artigo 7.º e 8.º desta lei, até o dia 30 de abril de cada ano.

Parágrafo único – As empresas que são obrigadas a publicar o balanço patrimonial e financeiro seguirão os prazos previstos na legislação específica e farão publicar o Balanço Social juntamente com aquele.

Art. 5.º- O Poder Executivo poderá utilizar-se das informações do Balanço Social das empresas com vistas à formulação de políticas e programas de natureza econômico-social, em âmbito nacional e regional.

Art. 6.º- É facultada às empresas não mencionadas nos incisos I e II do artigo 1º a apresentação do Balanço Social.

Art. 7.º- O Balanço Social será afixado na entrada principal dos estabelecimentos da empresa nos seis primeiros meses da sua divulgação.

Art. 8.º- É garantido o acesso e divulgação do Balanço Social aos empregados da empresa e às autoridades e órgãos governamentais e do Legislativo, sindicatos, universidades e demais instituições públicas ou privadas ligadas ao estudo e à pesquisa das relações de trabalho ou da promoção da cidadania.

Art. 9.º- As obrigações contidas na presente lei não substituem quaisquer outras obrigações de prestação de informações aos órgãos públicos anteriormente estabelecidos pela legislação.

Art. 10.º- As empresas que não atenderem ou fraudarem, no todo ou em parte, ao disposto na presente lei, ficaram impedidas de participar de licitações e contratos da Administração Pública, de se beneficiar de incentivos fiscais e serão sujeitas à multa pecuniária no valor a ser definido pelo Executivo, que será dobrado em caso reincidência.

Parágrafo único – O Poder Executivo deverá dar publicidade das empresas que não cumprirem o disposto no artigo 1.º ao final de cada exercício.

Art. 11.º- O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar da sua publicação, dispondo sobre as medidas necessárias à sua plena eficácia, inclusive sobre os critérios de fiscalização e os órgãos competentes ao seu fiel cumprimento.

Art. 12.º - Esta lei entra em vigor no exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Art. 13.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Este projeto de lei foi apresentado com a intenção de ampliar a consciência sobre a responsabilidade de preservação do meio ambiente e da viabilidade de aplicação de parte dos lucros auferidos em programas ou projetos que beneficiem não só os trabalhadores das empresas, como outros setores sociais.

Preencherão o Balanço Social as empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos, independente do número de empregados, e empresas privadas com 100 ou mais empregados no ano anterior a sua elaboração.

A proposta de que todas as empresas em relação com o estado preencham o Balanço Social, independente do número de funcionários – e em todas as esferas da administração – prende-se à razão óbvia de que é imprescindível manter um controle social sobre essas empresas, à luz, propriamente, do princípio da transparência da coisa pública.

Já o limite de 100 ou mais empregados impostos às empresas privadas prende-se ao fato de que seria impraticável obrigar todas as empresas a elaborar o Balanço Social. Principalmente para as micro e pequenas empresas, seria um ônus a mais no já pesado fardo de sua existência. Dessa forma, estabeleceu o limite de 100 funcionários, pois no Brasil, em geral, empresas com esse número de trabalhadores são empresas de porte; a fim de que só aquelas com um razoável desempenho econômico fossem obrigadas a elaborar o documento.

A forma de dar publicidade ao Balanço Social - à exceção das empresas de capital aberto, que o publicarão junto com o respectivo Balanço Patrimonial e Financeiro – será pela sua afixação na entrada principal do estabelecimento da empresa nos seis primeiros meses de sua publicação.

Além disso, o projeto garante acesso e divulgação do Balanço Social aos empregados da empresa e as autoridades e órgãos governamentais, sindicatos e universidades e demais instituições públicas ou privadas ligadas ao estudo e pesquisa das relações de trabalho e da promoção da cidadania.

Ainda em relação ao projeto de lei, podemos fazer algumas considerações relevantes, a fim de que se tenha uma noção de sua viabilidade através da análise de alguns artigos dispostos anteriormente. Embora possamos considerar como um número considerável de informações a ser detalhado, é importante atentarmos para as comparações a serem feitas perante à análise desses itens, pois, com o tempo, poderíamos dar ênfase aos informações mais importante e fazer um melhor detalhamento delas para que o Balanço Social atinja seus objetivos.

Logo, de posse dessas informações, poderíamos trabalhar melhor os artigos 5.º, 7.º e 9.º. Já que, as informações geradas pelo Balanço Social merecem uma melhor atenção. Isto quer dizer que ele é um objeto de estudo (tal qual detalhado no art. 8.º), onde o poder executivo o utilizará como um instrumento de planejamento eficaz para à utilização de recursos orçamentários, assim como para execução de projetos sociais. Portanto, ao invés de apenas fixá-lo em paredes por seis meses, melhor seria discuti-lo em reunião com a parceria empresa-funcionários-comunidade para observar os parâmetros expostos e ter uma idéia de como obter o melhor para o conjunto.

Já o disposto no art. 9.º, por considerar-mos o Balanço Social como um instrumento atual, mais evoluído e com um número relevante de informações sociais. Poderíamos desconsiderar alguns informes já produzido pelos órgãos públicos e empresas, pois evitaria que a informação tornasse repetitiva e ao mesmo tempo desnecessária.

E, por último, o Poder Executivo regulamentará a Lei no prazo de noventa dias de sua publicação, estabelecendo órgãos e critérios de fiscalização de seu cumprimento.

Vale ressaltar que pela sua abrangência, o Balanço Social ganha ao mesmo tempo importância e credibilidade, pois sua publicação será certificada por pessoas competentes, tal qual os Auditores Independentes.

3.2. A MINUTA DE INSTRUÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – (CVM)

Outro importante fato ligado ao intuito da obrigatoriedade para elaboração do Balanço Social se faz por essa instrução da CVM que por ser menos complexa do que o Projeto de Lei 3.116, facilita sua implantação.

Ao alcance das companhias abertas obtemos outro campo de atuação dos informes sociais que serão divulgados através de formulários que buscariam atender a essa nova realidade para as empresas. Nesse aspecto, serão apresentados (as) as seguintes informações para possíveis análises:

- Folha de pagamento: valor total anual da folha de pagamento, incluídos encargos sociais;
- Alimentação: restaurante, tíquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados;
- Previdência privada: planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações, benefícios para aposentados;
- Saúde: planos de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde;
- Educação: treinamento, programas de estágios (excluídos salários), reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com bibliotecas (excluído pessoal) e outros gastos com educação e treinamento dos empregados;
- Outros benefícios: seguros (parcelas pagas pela empresa), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, creches e outros benefícios oferecidos aos empregados;
- Impostos: (excluídos encargos sociais) – impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais;
- Contribuições para a sociedade/investimentos na cidadania: investimentos na comunidade (exceto gastos com empregados) nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, defesa civil, educação, pesquisa, obras públicas, campanhas públicas e outros gastos sociais na comunidade sem fins lucrativos;

- Investimentos em meio ambiente: reflorestamento, despoluição, gastos com introdução de técnicas não-poluentes e outros gastos que visem a conservação do meio ambiente;
- N.º de empregados ao final do período: n.º de empregados registrados no último dia do período;
- N.º de admissões durante o período: admissões feitas durante o período.

Embora possamos considerá-lo um tanto quanto repetitivo, em relação ao Balanço Social. Esse relatório será de grande importância, pois através dele o administrador já poderá fazer sua própria seleção nas informações consideradas importantes a fim de que seja mais eficaz seu instrumento social interno.

3.3. O PROJETO DE LEI DA REFORMA DA LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES (LEI 6.404/76)

Os fatos mais importantes relativos a este projeto refere-se a obrigatoriedade de inclusão de informações de natureza social e produtividade na elaboração das demonstrações contábeis e da demonstração do valor adicionado.

Esta inovação é de grande importância para os demonstrativos contábeis que passam por uma certa inovação deixando de lado a imagem de serem ultrapassados. Pois, como sabemos, a Lei das Sociedades por Ações perdura desde 1976.

3.4. BALANÇO SOCIAL: SUA OBRIGATORIEDADE OU NÃO

Observando os instrumentos legais até aqui apresentados, podemos considerar algumas observações interessantes. Tal qual o Balanço Social Francês, nossa legislação nos parece muito abrangente, mas carece de uma maior clareza para torná-la eficaz. Portanto, exige-se itens qualitativos e não quantitativos. Pois, não adianta obtermos uma série de dados a serem fixados em uma parede e não serem utilizados em nenhum momento para tomadas de decisões.

Talvez, o imediatismo para a aplicação do nosso modelo de Balanço Social nos custe caro. Vale ressaltar a importante iniciativa das pessoas até agora citadas, assim como, os órgãos envolvidos. Mas, por outro lado, existem as pessoas que irão executar item por item definidos em Lei e irão perguntar-se: porque o preenchimento de tantos requisitos? Qual sua finalidade? etc. Isto porque, devido nossa cultura, fica difícil desenvolver certos trabalhos quando ditam regras a serem seguidas e, ao mesmo tempo, não nos dão espaço para expor uma forma alternativa para um melhor aproveitamento desse trabalho.

Logo, campanhas já estão sendo desenvolvidas junto às empresas no sentido de um relacionamento mais conveniente com a comunidade, pois a iniciativa de informar através do Balanço Social tornou-se uma necessidade para o bem-estar desse relacionamento.

Encerramos esse nosso comentário com o pensamento do Sr. Marco Antônio Perotoni sobre a obrigatoriedade da elaboração do Balanço Social.

“ Estabelecer formas e conteúdos será uma maneira de inibir iniciativas, hoje já concretas, de ampla informação da política social de cada entidade, passando estas por certo, a informar somente o estritamente exigido pela legislação.”

3.5. O RELACIONAMENTO EMPRESA, PÚBLICO EXTERNO E O PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE

Nossas demonstrações contábeis atuais têm preocupação quase e exclusiva com os acionistas; ou sejam, concentram-se na otimização dos lucros. Entretanto, felizmente, as empresas começam a repensar esse conceito, à medida que há uma conscientização sobre a necessidade de tornar público, além do desempenho econômico-financeiro, o desempenho social.

Portanto, existe uma maior abertura e transparência das informações, não só as econômicas-financeiras, como também as relacionadas aos resultados sociais produzidos e aos reais acréscimos de riqueza na Economia do País. Daí considerarmos ponto fundamental esse relacionamento com o público externo e a transparência de suas atividades.

Vale ressaltar a importância do profissional de Contabilidade que diante dessas dificuldades deve-se sobressair e demonstrar em suas ações o valor dessas inovações e seus respectivos retornos para a empresa.

A seguir, demonstraremos pontos importantes em relação o público externo e a empresa para que se possa atingir essas finalidades. Tendo em vista o novo papel desempenhado pelas empresas no seu relacionamento social com seu público externo.

- Os Acionistas – aportadores de recursos financeiros para à implantação, ampliação e desenvolvimento dos projetos e metas dos administradores. A manutenção dessa parceria só se efetiva enquanto a empresa garantir a rentabilidade desses investimentos;
- Os Funcionários – com seus conhecimentos e sua mão-de-obra especializada, garantem o desenvolvimento da empresa. Para tanto é necessário que trabalhem satisfeito, e isso será conseguido por meio das condições ambientais do trabalho (remuneração, limpeza, política de desenvolvimento de recursos humanos, etc.);
- Os Fornecedores – mantenedores da fonte produtora. O suprimento de matéria-prima ou serviços é fundamental em qualquer atividade. Para estes, é importante conhecer as potencialidades de seu cliente, garantias de recebimento e de continuidade do negócio;
- As Instituições Financeiras – financiadoras do capital de giro necessário, não suprido pelos acionistas. Na concessão de empréstimos, querem conhecer a situação patrimonial, a de liquidez, a rentabilidade, a capacidade de geração de recursos, as potencialidades de recursos, as potencialidades futuras, e ter a garantia da continuidade da empresa; caso contrário, relutarão em auxiliar, por meio de empréstimos, a empresa necessitada;
- Os Consumidores – garantem a continuidade da produção e até mesmo da própria empresa, mediante a satisfação de suas necessidades. Garantias de qualidade, preço e assistência técnica são fundamentais nesta relação, e isso precisa ficar claro para o cliente;

- O Governo – promotor das condições para o desempenho das atividades produtivas. Tem como contrapartida, por parte dos contribuintes, o recolhimento dos tributos, como forma de retribuição para que ele possa realizar as atividades do Estado em benefício de toda a sociedade (saúde, educação, segurança, etc.);
- O Meio Ambiente – por certo uma das maiores responsabilidades sociais de todos e, principalmente das empresas que recebem a matéria-prima deste meio e têm, em contrapartida, o dever de manter os elementos essenciais da vida animal e vegetal, como o ar, a água, o solo. Sabemos hoje dos movimentos e da conscientização dos povos em relação ao meio ambiente, quando não se titubeia em fechar uma fonte produtora, que gera empregos e salários, se esta não respeita e investe na manutenção da qualidade de vida da comunidade que a rodeia, isto é, se ela não respeita e preserva o meio ambiente.

Podemos dizer que essas são as premissas básicas dentro desse novo contexto em que a globalização dita as regras e aqueles que buscam sobreviver diante dessas dificuldades, devem obedecer a cada item exposto. Vale enfatizar novamente a grande importância da Demonstração do Valor Adicionado que expressa todas essas necessidades e; ao mesmo tempo, nos da certeza da melhor qualificação dos demonstrativos contábeis até então confusos, omissos e ultrapassados.

3.6. A NOVA VISÃO DO ADMINISTRADOR

Surge no Brasil um novo conceito em administração de empresas: o stakeholders. Ou seja, valores éticos e as práticas sociais são conjugados aos guias tradicionais: balanços de vendas e lucros; cujo objetivo é conseguir um envolvimento com as causas sociais a fim de que se entenda melhor os funcionários, consumidores, fornecedores e a comunidade.

O primeiro passo está nos executivos do topo que determinam os valores e a missão da empresa. Isto posto, comunica-se claramente aos funcionários e, periodicamente, as práticas devem ser confrontadas com os valores propostos.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, fundado em São Paulo no início de julho em parceria com a sua congênere americana Business for Social Responsibility, buscam definir um novo diferencial competitivo através da responsabilidade social das empresas.

Portanto, através da sua divulgação, alguns pontos são considerados importantíssimos, para se atingir os objetivos desejados. São os chamados mandamentos da ética; ou seja, se sua empresa é socialmente responsável, existirá parâmetros que deverão existir para o seu enquadramento nessa nova ideologia empresarial.

- Ecologia: usa papel reciclado em produtos e embalagens;
- Filantropia: permite que os funcionários reservem parte do horário de serviço para a prestação de trabalho voluntário;
- Flexibilidade: deixa que os funcionários ajustem sua jornada de trabalho às necessidades pessoais;
- Interesse: faz pesquisa entre os funcionários para conhecer seus problemas e tenta ajudá-los;
- Saudável: dá incentivos financeiros para funcionários que alcançam metas de saúde como redução de peso e colesterol baixo;
- Educação: permite que os grupos de estudantes visitem as suas dependências;
- Comunitária: cede as suas instalações esportivas para campeonatos de escolas das redondezas;
- Integra: não lança mão de propaganda enganosa, vendas casadas e outras práticas de marketing desonesto.

Fez-se necessário esse tópico nesse trabalho para melhor visualizarmos o nosso intuito, em termos prático para o Balanço Social. Talvez, muitos achem uma utopia a tratarmos sobre os itens acima, no entanto, órgãos de representatividade buscam perante empresas renomeadas o apoio para essa nova realidade que nos cerca.

4. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES SOCIAIS ATRAVÉS DA RAIS (RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS): INSTRUMENTO PRECURSOR DO BALANÇO SOCIAL NO BRASIL

Dentre os documentos gerados pelas empresas podemos destacar a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) que através do Decreto Lei 76.900 de 23.12.75 tornou obrigatório para todo empregador fornecer as entidades governamentais da área social, as informações sobre as empresas e seus empregados.

A RAIS levanta informações dos estabelecimentos ou pessoas que, na condição de empregadores, tiveram algum assalariado por qualquer período de tempo durante o ano da declaração, através de contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis de Trabalho ou pelo Regime Jurídico Único, no caso do funcionalismo público.

Os nomes dos empregados, seus códigos no programa de integração social, valores e tipos de salários contratuais, horas semanais de trabalho, tipo de opção no fundo de garantia de tempo de serviço (FGTS), pagamento do 13º salário, tipo de vínculo empregatício, grau de instrução dos empregados; dentre outros, são as informações fornecidas através da RAIS ao Ministério do Trabalho; a fim de que sejam utilizadas para subsidiar as políticas de emprego no Brasil.

Entretanto, em virtude de sua origem ter sido numa fase muito conturbada em nosso país. A RAIS passou a ter uma certa limitação, pois as informações deixavam de ter seu cunho social para; simplesmente, atender as prerrogativas da Lei.

Portanto, nesse contexto, o Balanço Social, embora venha sendo compulsoriamente estabelecido (salvo as iniciativas já comentadas) por lei, deve atender as reais necessidades atuais. Pois, como podemos observar, à atual situação política-econômica-social é bem melhor para o seu desenvolvimento. Tendo em vista, a situação na qual a RAIS foi estabelecida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda organização empresarial é constituída para gerar lucro, ou, noutras palavras, para multiplicar o capital. Nascidas como produto da nobreza interior de homens corajosos, as empresas são os sustentáculos do crescimento e a vitrina por onde são reconhecidos a distribuição da renda, o equilíbrio do Estado e a qualidade de vida dos cidadãos.

Não é uma pretensão romântica querer a firmar que a empresa tem uma fundamental função social. Não se está intimando as empresas da responsabilidade por mais uma contribuição social. Pelo contrário: queremos que as organizações assumam na sociedade um lugar que lhes pertence por uma questão de justiça: o posto de geradoras da riqueza e, em consequência, merecedoras de respeito por parte do Estado e dos cidadãos.

Dentro desse quadro, a doentia insistência em ocultar informações ou em produzir demonstrações embaçadas que remontam ao passado não é condizente com uma posição abrangente e moderna, necessariamente assumida pelo empresário do nosso tempo. O momento empresarial impõe mudanças fortes. O universo empresarial cobra das instituições procedimentos que reproduzam as empresas num cenário globalizado. E este cenário é o ambiente moderno da empresa cidadã. Numa concepção mais coerente com os novos tempos, a cristalina abertura dos números da empresa resultará em dividendos capazes de conduzir em alto nível o relacionamento empresa/sociedade. Isso dará mostra da eficiência e da capacidade de competir em ambiente moderno, quando o tamanho deixa de ser o determinante e passam a contar a agilidade e a inteligência.

Camuflagem de demonstrações e informações é uma questão superada. Dentro da nova realidade empresarial, camuflar informação significa esconder a ineficiência. O empreendedor consciente, em nenhuma hipótese deverá omitir-se ao exibir as suas contas a sociedade. A obtenção de lucro não se confunde com a prática de crime. A empresa existe para ganhar dinheiro, e nisso não a crime algum.

A empresa atual, embalada por uma administração dinâmica, deverá utilizar-se da demonstração das suas contas como meio de assegurar-se da posse de outros ativos, tão ou mais valiosos que aqueles grafados na sua contabilidade: os colaboradores, a clientela, o mercado como um conjunto de fontes de fornecimento e de financiamento, os acionistas e a sociedade. O mundo exige estas medidas, em regime de urgência, do nosso empresariado.

Em economias mais estruturadas, o instituto da capitalização das empresas via mercado de capitais é uma realidade e se faz presente num universo muito mais expressivo de empresas que o número de companhias abertas existentes em nosso País. A diferença fica por conta da nossa cultura empresarial, aliada às normas legais que regem a apresentação das contas das empresas, flagrantemente inadequadas para um País preocupado em afirmar-se no contexto global. Não fazemos o uso inteligente das informações das nossas empresas ao público. Se queremos que a sociedade mantenha elevado conceito acerca das nossas empresas, temos de mantê-la atualizada sobre o nosso desempenho. Exemplo eloqüentes de empresas que sempre se preocuparam em bem informar e hoje são respeitadas pelo crescimento atingido enriquecem a argumentação de que a transparência e bons esclarecimentos a propósito das próprias contas adicionam valores que se traduzem em dividendos e em maior bolo da riqueza gerada para o empreendedor e para a sociedade.

→ • A empresa cidadã precisa da sociedade, assim como a sociedade precisa da empresa. Portanto, o Balanço Social insere-se nesse contexto como um instrumento de fundamental importância, tanto para a Contabilidade, quanto para a sociedade. Pois através dele será informado os itens econômicos-sociais e de forma transparente.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLECHER, Nelson. “De bem com o mundo”. EXAME, edição 666, ano 32 – n.º 15 – 15/julho/97.
- CHEVALIER, A. . Le bilan social de l’entreprise, 2º éd., 1977-a.
- CHEVALIER, A. . “Le bilan social”, Reveu Française de Gestion, número espéc., 1977-b.
- DE AMORIM, A Amorim/CAMARGO, Roberto. “O Balanço Social e a Empresa Cidadã”. TREVISAN, ano 11 – n.º 120 – fevereiro/98.
- DE LUCA, Márcia Martins Mendes. Demonstração do valor adicionado. Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da FEAC/USP, 1991.
- DE SÁ, A Lopes. “Considerações sobre contabilidade social”. Revista Brasileira de Contabilidade, ano XXVII – n.º 109 – janeiro/fevereiro/98.
- DOS SANTOS, Ariovaldo/ CARVALHO , Nelson. “Balanço social, um indicador de excelência”. EXAME, edição 644, ano 31 – n.º 19 – 10/setembro/97,1997-a.
- DOS SANTOS, Ariovaldo/CARVALHO , Nelson. “DVA, uma forma de avaliar a criação de riqueza”. EXAME, edição 645, ano 30 – n.º 20 – 24/setembro/97,1997-b.
- DOS SANTOS, A. /FREIRE, F. S. /MALO, F. . “O Balanço social no Brasil: gênese, finalidade e implementação como complemento às demonstrações contábeis” , 22º Encontro Anual da ANPAD, Foz do Iguaçu/PR – 27 a 30/09/98, 1998-a.

FREIRE, F. S.. “O Balanço social Francês e a relação de informações sociais no Brasil: um estudo comparativo de suas motivações, finalidades e utilizações”, Colóquio 20^{ème} Anniversaire du Bilan Social em France, Univesité des Sciences Sociales Toulouse I, France, julho de 1997.

FIPECAFI. Manual de contabilidade das sociedades por ações. Editora Atlas S.A. 4ª edição. São Paulo, 1995.

IOB. Temática Contábil e Balanços. “Uma nova demonstração contábil pleiteada no projeto de reforma da lei das s.a.s: a do valor adicionado. Boletim n.º 29/97

JORNAL O POVO. “O Balanço social do Banco do Nordeste S.A. . Informe publicitário - 30 de julho de 1998.

PEROTTONI, A Marco. “Balanço social: liberdade ou obrigatoriedade”. Revista Brasileira de Contabilidade, ano XXVII – n.º 110 – março/abril/98.

PEROTTONI, A Marco/DA CUNHA, A Sprenger. “Balanço social.” Revista Brasileira de Contabilidade, ano XXVI – n.º 104 – março/abril/97.

Revista Exame. Maiores e melhores, julho/98.

SUPLICY, Marta. “Balanço social é instrumento de cidadania”. TREVISAN, ano 10 – n.º 115 – setembro/97.

A
N
N
E
L
E
S

NOSSO EXEMPLO SINTÉTICO DO BALANÇO SOCIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS TRADICIONAIS OBTIDAS NO JORNAL O POVO, “ O BALANÇO SOCIAL DO BANCO DO NORDESTE S.A.”. INFORME PUBLICITÁRIO.

BALANÇO SOCIAL – 1º semestre de 1998

Apresentamos aos acionistas e à sociedade os principais aspectos do desempenho do Banco do Nordeste do Brasil S A , no primeiro semestre de 1998, juntamente com as demonstrações contábeis e os pareceres do Conselho Fiscal e Auditores Independentes.

Como resultado do intenso processo de mudança organizacional verificado nos últimos anos, o Banco do Nordeste abriu nova dinâmica de atuação, no cumprimento de sua missão de impulsionar o desenvolvimento sustentável da Região, em resposta aos anseios da sociedade nordestina.

Prioridade especial é dada a iniciativas que viabilizem a criação de novos postos de trabalho e a formação da infra-estrutura necessária à promoção do desenvolvimento econômico e social, de maneira harmônica e sustentável.

CRIAÇÃO DE EMPREGO

Como resultado da articulação com o Ministério do Trabalho e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), o Banco obteve no semestre recursos do FAT no montante de R\$ 650 milhões, destinados a programas de forte efeito na geração de oportunidades de trabalho, sendo:

- R\$ 130 milhões para a VII etapa do PROFAT;
- R\$ 120 milhões alocados ao Programa Especial de Financiamento para Combate à Estiagem;
- R\$ 300 milhões alocados ao Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador na Região Nordeste e Nordeste de Minas Gerais (PROTRABALHO); e
- R\$ 100 milhões para a IV Etapa do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Outras medidas resultantes de parceria no Âmbito do Ministério do Trabalho foram aprovadas ou estão em andamento:

- Prorrogação, por dois anos, do prazo das operações no âmbito dos Programas FAT-PRONAF e PRÓ-RURAL;
- Dotação orçamentária do FAT destinada à capacitação e qualificação profissional; e
- Formação de um fundo de aval com recursos do FAT para operações no Âmbito do PROFAT.

Em junho, foi iniciado o Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador na Região Nordeste e Norte de Minas Gerais (PROTRABALHO) com a finalidade de gerar emprego, com aumento da competitividade do setor produtivo e melhoria da qualidade de vida do trabalhador, com prioridade para empreendimentos situados nos Pólos Turísticos e nos Pólos de Desenvolvimento Integrado.

Com estimativa de geração de 50.000 novos empregos diretos na região, além dos indiretos, os R\$ 800 milhões a serem investidos no PROTRABALHO tem a seguinte origem:

- R\$ 300 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT);
- R\$ 300 milhões do Banco do Nordeste; e
- R\$ 200 milhões de contrapartida dos mutuários.

PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS

O Banco do Nordeste participa ativamente do esforço de promoção de investimentos na Região, tanto no exterior quanto nas demais regiões do País, divulgando, principalmente, aquelas atividades econômicas nas quais o Nordeste apresenta vantagens comparativas, como turismo, fruticultura irrigada e produção de grãos nos cerrados.

Junto aos investidores estrangeiros, O Banco põe em prática estratégia de comunicação destinada a aumentar a visibilidade junto à comunidade de investidores estrangeiros, com o objetivo de:

- Posicionar a região Nordeste do Brasil como importante mercado emergente capaz de absorver e remunerar o capital estrangeiro;
- Destacar o compromisso dos governos federal e estaduais de assegurar o crescimento da Região, através da preparação da infraestrutura necessária e do fornecimento de incentivos fiscais e financeiros; e
- Demonstrar o alto nível de capacidade da administração do Banco, tanto em termos de seu próprio desempenho quanto em termos de assistir aos agentes produtivos da Região.

A estratégia de capacitação de investimentos domésticos foi implementada dotando as agências do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília de segmento especializado e voltado basicamente à promoção de investimentos para a Região. Elas contam hoje com Consultor de Investimentos, responsável por intensificar as ações necessárias à identificação de oportunidades e promoção de investimentos, objetivando:

- Atrair capital externo à Região;
- Ampliar mercados para produtos nordestinos; e
- Estimular a transferência de tecnologia para empreendimentos localizados no Nordeste.

O Banco participou de diversas feiras, seminários e conferências, atuando na preparação e organização de alguns eventos, entre os quais se destaca o I Encontro Internacional sobre Investimentos em Turismo no Nordeste, realizado em Salvador, no início de maio. Participou em abril, na Alemanha, da Hannover Messe'98, a maior feira industrial no mundo, na qual a região Nordeste foi destaque brasileiro.

AGENTES DE DESENVOLVIMENTO

A atuação dos Agentes de Desenvolvimento tem contribuído com o processo de desenvolvimento local, integrado e sustentável nos municípios nordestinos. Registra-se a formação, pelos Agentes de Desenvolvimento, de 1.763 comitês municipais, que funcionam como fóruns de discussão e decisão de questões estratégicas para os municípios, envolvendo os governos municipais, órgãos técnicos, ONG's, entidades de classes, igrejas e agentes produtivos.

Na interação com a comunidade, os Agentes buscam estabelecer e fortalecer parcerias, levando informações, identificando mercados e atividades potenciais, analisando vantagens comparativas e competitivas, estimulando a organização, a capacitação dos agentes produtivos e a utilização racional do crédito.

Essas ações estão se efetivando em 6.479 povoados e distritos, alcançando 7.754 associações e cooperativas, que são assistidas pelos Agentes, o que amplia e concretiza a presença do Banco em todos os municípios da Região.

DESEMPENHO FINANCEIRO

LUCROS E DIVIDENDOS

As atividades do Banco do Nordeste no 1º semestre de 1998 propiciaram a empresa lucro líquido de R\$ 28.983, superando em cerca de 9% o resultado de igual período do ano passado.

Para esse desempenho, contribuiu o crescimento de 24,3% nas receitas de intermediação financeira (representadas em 73,8% por operações de crédito), e redução de 3,9% nas despesas de pessoal (que respondem por cerca de 60% das despesas administrativas do Banco), comparados com os números do 1º semestre de 1997.

O Banco pagará adiantamento de dividendos no total de R\$ 7.214 mil, relativos ao 1º semestre deste ano, cabendo às ações preferenciais dividendos 10% maiores que os atribuídos as ações ordinárias. Os dividendos à união atingem R\$ 3,2 milhões.

Os dividendos serão de 0,1730 por lote de mil ações preferenciais e de 0,1572 por lote de mil ações ordinárias, totalizando R\$ 3.387 mil e R\$ 3827 mi., respectivamente. O Banco pagará os dividendos com encargos financeiros à base da TR, da data do encerramento do balanço até a data em que o rendimento se tornar disponível para o acionista.

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE

ITENS	jun/98	dez/97	dez/96	dez/95	dez/94
Depósitos/empregado	294	254	222	156	99
Ativos/empregado	2.532	2.137	1.549	1.070	697
Ativos/agência	60.747	53.418	41.893	30.954	21.103

MEIO AMBIENTE

Desenvolvimento sustentável se faz respeitando a natureza. O Banco vem adotando diversas ações relacionadas à inserção da variável ambiental nas políticas, diretrizes, estratégias e processo de concessão de crédito.

No semestre, destacam-se:

- Seminários para difusão e formação de duplicadores de manejo florestal no Nordeste;
- Seminários com vistas a difusão do Plano Nacional de Combate à Diversificação;
- Seminários sobre Mercados Verdes Na Europa;
- Revisão dos procedimentos operacionais quanto aos aspectos ambientais do sistema de Elaboração e Análise de Projetos (SEAP);

- Capacitação (cursos, seminários e palestras) de funcionários e público externo sobre meio ambiente, eco-empresendimentos e desenvolvimento sustentável;
- Criação e manutenção na Intranet da Rede de Multiplicadores de Meio Ambiente; e
- Estimulo, orientação e consultoria relativos à identificação e realização de negócios com base no Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE Verde).

APOIO À COMUNIDADE

O Banco do Nordeste marca presença na Região, também, promovendo ou apoiando eventos de iniciativa da comunidade, nas áreas econômica, social, esportiva e cultural. No semestre, o Banco liberou R\$ 735 mil, sob a forma de patrocínio e ajuda financeira, para a realização de feiras e encontros de negócios, exposições agropecuárias, excursões técnicas, congressos, cursos, seminários e palestras sobre temas de interesse dos agentes produtivos da Região, bem como a festejos, torneios esportivos e atividades culturais.

Em parceria com a Fundação do Bem-estar do Menor do Ceará, o Banco vem mantendo o Programa Jovem Aprendiz, destinado a promover a inserção profissional de jovens carentes. No semestre, um grupo de 30 adolescentes de famílias de baixa renda foi recrutado para participar do programa.

- Concepção de sistemas de pagamentos e de remuneração variável, além de sistemas inovadores de avaliação de resultados, já adotados no serviço de Microcrédito;
- Desenvolvimento do Sistema de Avaliação de Potencial, como parte do Programa de Gerenciamento de sucessão e carreiras;
- Continuidade do Programa de Controle Médico de saúde Organizacional, além de campanhas e outras ações para prevenção de doenças, com Programa de Combate ao Tabagismo; e
- Conclusão da última etapa do Programa realocação do pessoal, com a requalificação profissional de funcionários que se deslocaram da Direção Geral para as agências.

A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

O desempenho do Banco no 1º semestre de 1998 produziu valor adicionado líquido de 194,3 milhões, que teve a seguinte distribuição: 59% a pessoal e encargos, 26% a impostos, taxas, contribuições e aluguéis, 3,7% a dividendos e 11,2% a lucros retidos.

O valor adicionado por empregado atingiu R\$ 45.588,93, a medida da produtividade de pessoal, que indica a contribuição de cada um para a riqueza gerada na empresa.

Demonstração do Valor Adicionado do Exercício.
1º semestre de 1998
(Moeda de poder aquisitivo constante)
(em milhares de reais).

		RS/mil
Geração do Valor Adicionado		
RECEITAS		818.673
Intermediação Financeira	⇒	751.707
Prestação de Serviços	⇒	67.621
Não-Operacionais	⇒	(655)
DESPESAS DE INTERM. FINANCEIRA	⇒	(344.055)
INSUMOS ADQ. DE TERCEIROS	⇒	(262.926)
Perda/Rec. de Valores Ativos	⇒	(118.0893)
Serviços de terceiros	⇒	(12.706)
Materiais, Energia, Comunicação		
Propaganda, etc.	⇒	<u>(131.327)</u>
Valor Adicionado Bruto	⇒	211.692
Depreciações e Amortizações	⇒	<u>(17.353)</u>
Valor Adicionado Líquido	⇒	194.339
Distribuição do Valor Adicionado	%	
Pessoal e encargos	(59,02)	114.699
Impostos, Taxas e Contribuições	(23,57)	45.801
Aluguéis	(2,50)	4.856
Dividendos e	(3,71)	7.214
Lucros Retidos	(11,20)	21.769

BANCO DO NORDESTE S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA
30 DE JUNHO DE 1998 E 1997
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

ATIVO			PASSIVO		
	<u>30-06-98</u>	<u>30-06-97</u>		<u>30-06-98</u>	<u>30-06-97</u>
<u>CIRCULANTE</u>			<u>CIRCULANTE</u>		
Disponibilidades	18.881	18.805	Depósitos	1.220.359	934.685
Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	315.354	380.171	Captações no Mercado Aberto	11.490	19.101
Títulos e Valores Mobiliários	456.321	255.966	Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	13.751	19.878
Relações Interfinanceiras	339.758	318.167	Relações Interfinanceiras	42.390	57.327
Relações Interdependências	1.347	1.418	Relações Interdependências	350	422
Operações de Crédito	934.237	310.839	Obrigações por Empréstimos	77.976	130.548
Outros Créditos	162.577	208.820	Obrigações por Repasses do País - Inst. Oficiais	278.786	121.805
Outros Valores e Bens	8.392	9.227	Obrigações por Repasses do Exterior	22.511	30.132
			Outras Obrigações	210.220	290.101
Total do circulante	<u>2.236.867</u>	<u>1.503.413</u>	Total do circulante	<u>2.236.867</u>	<u>1.503.413</u>
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>			<u>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</u>		
Títulos e Valores Mobiliários	295.582	34.254	Depósitos	4.882	133.767
Relações Interfinanceiras	6.989	6.820	Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	398.180	371.546
Operações de Crédito	2.871.298	2.623.491	Relações Interfinanceiras	10.412	19.384
Outros Créditos	326.200	348.055	Obrigações por Empréstimos	82.070	53.202
Total do realizável a longo prazo	9.896	8.172	Obrigações por Repasses do País - Inst. Oficiais	1.073.881	965.229
			Obrigações por Repasses do Exterior	189.503	138.266
			Outras Obrigações	1.590.594	864.548
Total do realizável a longo prazo	<u>3.500.069</u>	<u>3.012.620</u>	Total do exigível a longo prazo	<u>3.500.069</u>	<u>3.012.620</u>
			RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	878	2.794
<u>PERMANENTE</u>			<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		
Investimentos	1.415	1.035	Capital social	677.000	539.000
Imobilizado de Uso	171.705	176.698	Reservas de Reavaliação	56.145	58.731
Diferido	75.240	78.900	Lucros acumulados	0	1.603
Total do permanente	<u>248.360</u>	<u>256.633</u>	Total do patrimônio líquido	<u>757.063</u>	<u>619.931</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>5.985.296</u>	<u>4.772.666</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>5.985.296</u>	<u>4.772.666</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BANCO DO NORDESTE S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA
30 DE JUNHO DE 1998 E 1997
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

	1 SEM/98	1 SEM/97
<u>RECEITAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA</u>	506.459	407.356
Operações de Crédito	373.885	319.821
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	86.171	55.584
Resultado de Operações de Câmbio	14.297	13.795
Resultado de Aplicações Compulsórias	32.106	18.156
<u>DESPESAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA</u>	(462.948)	(444.085)
Operações de Captação no Mercado	(154.018)	(142.648)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(190.037)	(132.456)
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(118.893)	(168.981)
<u>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA</u>	43.511	(36.729)
<u>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</u>	12.956	69.498
Receitas de Prestação de Serviços	67.621	59.123
Despesas de Pessoal	(127.820)	(133.055)
Outras Despesas Administrativas	(86.173)	(60.166)
Despesas Tributárias	(5.851)	(4.278)
Outras Receitas Operacionais	245.248	240.354
Outras Despesas Operacionais	(80.069)	(32.480)
	(662.057)	(558.589)
RESULTADO OPERACIONAL	56.467	32.769
RESULTADO NÃO OPERACIONAIS	(655)	(360)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	55.812	32.409
Imposto de Renda e Contribuição Social	(26.829)	(5.777)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	28.983	26.632
N. ° de Ações (em milhões)	43.925	30.333
Lucro Líquido Semestre por Lote de Mil Ações (em R\$)	0,66	0,88

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BANCO DO NORDESTE S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA
30 DE JUNHO DE 1998 E 1997
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

TÍTULOS	1º sem/98	1º sem/97
ORIGENS DE RECURSOS	818.109	693.014
Lucro Líquido do Semestre Ajustado (1)	47.036	40.195
Variação nos Resultados de Exercícios Futuros	(1.583)	45
Aumento de Capital – Decorrente da Subscrição de Ações		140.000
Reserva de Reavaliação		5.948
RECURSOS DE TERCEIROS ORIGINÁRIOS DE:		
- Aumento dos Subgrupos do Passivo		
Depósitos	55.696	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12.436	73.110
Relações Interfinanceiras e Interdependências	26.350	17.400
Obrigações por Empréstimos e Repasses	113.029	89.343
Outras Obrigações	484.350	275.249
- Redução dos Subgrupos do Ativo		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	51.445	50.720
Outros Créditos	28.325	
- Alienação de Bens e Investimentos		
Bens Não de Uso Próprio	45	650
Imobilizado de Uso	978	354
Investimentos	2	
APLICAÇÕES NO DIFERIDO	2.203	19.985
- Aumento dos Subgrupos do Ativo		
Títulos e Valores Mobiliários	265.804	10.345
Relações Interfinanceiras e Interdependências	77.759	101.487
Operações de Crédito	430.446	291.045
Outros Créditos		25.018
Outros Valores e Bens	50	570
- Redução dos Subgrupos do Passivo		
Depósitos		72.588
Operações Compromissadas	29.908	156.126
<u>AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES</u>	<u>1.148</u>	<u>3.009</u>
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA:		
Aumento das Disponibilidades	1.148	3.009
Início do Semestre	17.463	15.796
Fim do Semestre	18.881	18.805
(1) Demonstração do Lucro Líquido do Semestre Ajustado:		
Lucro Líquido do Semestre	28.983	26.632
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre		
Depreciações e Amortizações	17.353	13.563
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	700	
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE AJUSTADO	47.036	40.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BANCO DO NORDESTE S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA
30 DE JUNHO DE 1998 E 1997
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	Reservas de Reavaliação	Capital Realizado		Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Capital Social	Aumento de Capital	Estatutárias	Legal		
	Ativos Próprios						
Saldos em 31.12.96	54.386	506.000	(140.000)	2.122	31.569	0	454.077
Aumento de capital:							
- Com reservas							
Transf. p/ Aumento de Capital			33.000	(2.000)	(31.000)		0
Incorporação de Capital		33.000	(33.000)				0
Proveniente de Capital a Realizar		(140.000)	140.000				0
Decorrente de Subsc. de Ações		140.000					140.000
Outros Eventos:							
Reavaliação de Ativos:							
Realização de Reservas:							
Valor Bruto	(2.227)					2.227	0
Encargos Tributários	6.572					(958)	5.614
Rev de Parte dos Enc. Tributários						334	334
Lucro Líquido do Semestre						26.632	26.632
Destinações:							
Reservas				1.332	18.574	(19.906)	0
Dividendos						(6.726)	(6.726)
SALDOS EM 30.06.97	58.731	539.000	0	1.454	19.143	1.603	619.931
Mutações do Semestre	4.345	33.000	140.000	(668)	(12.426)	1.603	165.854
Saldos em 31.12.97	57.461	539.000	85.000	3.482	50.351	0	735.294
Aumento de capital:							
- Com reservas							
Transf. p/ Aumento de Capital			53.000	(3.000)	(50.000)		0
Outros Eventos:							
Reavaliação de Ativos:							
Realização de Reservas:							
Valor Bruto	(2.309)					2.309	0
Encargos Tributários	993					(993)	0
Lucro Líquido do Semestre						28.983	28.983
Destinações:							
Reservas				1.449	21.636	(23.085)	0
Dividendos						(7.214)	(7.214)
SALDOS EM 30.06.98	56.145	539.000	138.00	1.931	21.987	0	757.063
Mutações do Semestre	(1.316)	0	53.000	(1.551)	(28.364)	0	21.769

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BANCO DO NORDESTE S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercício findo em 30/06/98

1. O BANCO E SUAS CARACTERÍSTICAS

O Banco do Nordeste do Brasil S A. , pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal n ° 1.649, de 19.07.52. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão impulsionar, como instituição financeira o desenvolvimento sustentável do Nordeste do Brasil, através do suprimento de recursos financeiros e de suporte à capacitação técnica a empreendimentos da Região.

Para cumprimento de sua missão, além da concessão de créditos para implantação de empreendimentos, o Banco do Nordeste prima, em parceria com os clientes, pela continuidade e sucesso dos negócios realizados, através de processo de visita técnica e gerencial, aportando recursos adicionais, quando necessários.

Classificado como banco múltiplo, o Banco do Nordeste está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras da espécie, exceto a carteira de crédito imobiliário. A Assembléia Geral Extraordinária de 17/10/97 aprovou a realização de operações na carteira de crédito imobiliário, cujo processo está tramitando nas esferas competentes.

Na qualidade de órgão de desenvolvimento, o Banco do Nordeste é administrador, dentre outros programas de fomento, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, nos termos dos dispositivos constitucionais vigentes, regulamentados pelas Leis n ° 7.827, de 27.09.89 e 9.126, de 10.11.95, e operador do Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR , criado pelo Decreto-Lei n ° 1.376, de 12.12.74, cuja administração está a cargo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apuração de Resultados

A apuração é feita de acordo com o regime contábil de competência, destacando-se os seguintes procedimentos:

- ✓ os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivo circulante e de longo prazo são apropriados “ pro rata die”;
- ✓ os encargos sobre férias e 13º salário são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição;
- ✓ são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável;

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

Apresentamos pelos valores de liquidação, os que incorporam os rendimentos e as variações monetárias cambiais auferidos, deduzidos das respectivas rendas a apropriar.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída de acordo com a resolução N.º 1.748, de 30.08.90, do Conselho Monetário Nacional, exceto com a relação Às operações com o Grupo Mendes Júnior.

c) Permanente

Demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31.12.95, observado o seguinte:

- ✓ os Investimentos estão retificados pela Provisão para Perdas;
- ✓ os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação;
- ✓ o Imobilizado está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, das seguintes taxas anuais:
 - Edificações.....4%
 - Sistema de Transporte e de Proc. de Dados.....20%
 - Demais itens.....10%

- ✓ O Diferido é composto, principalmente, pelos gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e pelas despesas diferidas autorizadas pelas circulares N.º 2.582/95 e 2.707/96 do BACEN, retificadas pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual fixa de 20%.

d) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Demonstrados pelos seus valores originais, acrescidos dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das despesas à apropriar.

3. OUTRA INFORMAÇÕES

a) Transações com Partes Relacionadas

O Banco do Nordeste não realizou transações com empresas coligadas e controladas nos primeiros semestres de 1998 e 1997. AS operações com empresas sob o controle do Governo Federal – acionista majoritário do Banco – montam em R\$ 528.710 mil. Tais operações de crédito foram realizadas sob as mesmas condições aplicáveis a partes não-relacionadas.

b) Garantias Prestadas

As garantias concedidas a terceiros, sob a forma de fianças e avais, totalizam R\$ 18.128 mil, estando sujeitas a encargos financeiros e a contragarantias pelos beneficiários.

c) Seguros

Os bens móveis e imóveis do Banco estão suficientemente segurados no montante de R\$ 193.511 mil, assim distribuídos:

- ❖ Bens Móveis: R\$ 21.002 mil;
- ❖ Bens Imóveis: R\$ 172.509 mil.

d) Projeto ano 2000 – “Bug” do Milênio

Visando eliminação dos efeitos do “bug” do milênio, o Banco substituiu toda sua infra-estrutura tecnológica de hardware e alterou 64% do seu acervo de software, com previsão de término para os demais sistemas de informação até 31 de outubro de 1998. Desta forma, o Banco do Nordeste fica isento de riscos que, porventura, poderiam ocorrer após 31/12/99.

Os investimentos com contratação de serviços de terceiros e recursos internos para adaptação dos sistemas legados estão orçados em R\$ 686 mil, sendo que apenas R\$ 16 mil, foram desembolsados até 30/06/98.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

1 Examinamos os balanços patrimoniais do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 30 de junho de 1998 e 1997, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações dos recursos correspondentes aos semestres findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do banco; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do banco, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3 Conforme detalhado na nota explicativa no 3.c, o banco possui valores a receber do Grupo Mendes Júnior não provisionados no montante de R\$ 77.126 mil, os quais foram objeto de pareceres jurídicos e relatório do Grupo de Trabalho Interministerial, culminando com o voto do Conselho Monetário Nacional, que conferiu tratamento de excepcionalidade em relação às normas do Banco Central. Em função da disputa jurídica e das garantias existentes relacionadas à cobertura do valor, a administração do banco concluiu e nós concordamos não ser possível a determinação do valor que será efetivamente recebido quando do desenlace da questão.

4 Conforme mencionado em nota explicativa, o banco implementou o seu plano estratégico de reestruturação, diferindo as despesas relacionadas com o referido plano até 31 de dezembro de 1997, em consonância com a faculdade conferida pelo Banco Central do Brasil por meio de Circulares N.º 2.582/95 e 2.707/96, o que está em desacordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Este procedimento ocasionou a redução do resultado do semestre findo em 30 de junho de 1998 em R\$ 6.181 mil (1997 – aumento do resultado em R\$ 6.542 mil), bem como aumentou o patrimônio líquido e o ativo diferido no semestre findo em 30 de junho de 1998, respectivamente, em R\$ 40.165 mil e R\$ 70.431 mil (1997 – R\$ 55.345 mil e R\$ 76.143 mil). Tais valores consideram os efeitos e dos impostos e contribuições.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declara haver procedido ao exame do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis do Banco, relativos ao 1º semestre de 1998, e, tomando por base o Parecer dos Auditores Independentes, de 22 de junho de 1998, é de opinião que as referidas Demonstrações Contábeis refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação financeira e patrimonial do Banco.